



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOÃO**

---

**PROJETO DE LEI Nº 012/2021  
MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 012/2021  
ASSUNTO: ENCAMINHA PROJETO DE LEI E JUSTIFICA  
Lagoão/RS, 18 de março de 2021.**

Excelentíssimo Presidente e demais Vereadores.

Cumprimentando Vossas Excelências, estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara Municipal de Vereadores o incluso Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo alterar a redação do artigo 152 da Lei Municipal nº 1.100/2013 (Código Tributário Municipal) para acrescentar aos parcelamentos previstos neste artigo, os “débitos não tributários” nos termos legais.

A regularização vem apenas para regulamentar o que já existiu na prática, pois em alguns casos dívidas não tributárias já foram objeto de parcelamento, diga-se sem prejuízo ao município, entretanto, sem a devida previsão legal.

Por tal razão, a presente Lei vem apenas para regulamentar o que já existiu na prática.

Esperando contar com a apreciação de V. Excelências e aprovação do referido Projeto, aproveitamos a oportunidade para reiterar votos de apreço e de distinta consideração.

**CIRANO DE CAMARGO  
PREFEITO MUNICIPAL**

**AO EXMO  
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
LAGOÃO-RS**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOÃO**

---

**Projeto de Lei nº 012/2021**

**Autoriza o Poder Executivo alterar a redação do artigo 152 da Lei Municipal nº 1.100/2013 (Código Tributário Municipal) e dá outras providências.**

**CIRANO DE CAMARGO**, Prefeito Municipal de Lagoão, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais

**FAZ SABER**, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

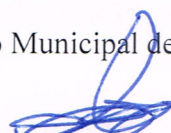
Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a alterar a redação do artigo 152 da Lei Municipal nº 1.100/2013 (Código Tributário Municipal), que passa ter a seguinte redação:

*“Art. 152. O parcelamento dos créditos tributário e não tributário inscrito em dívida ativa será disciplinado por esta Lei ou por Lei específica, mas não excederá a 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, sem prejuízo da incidência de acréscimos legais.”*

Art. 2º. As demais disposições legais permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoão, 18 de março de 2021.

  
**CIRANO DE CAMARGO  
PREFEITO MUNICIPAL**